

Casas de cultura e ocupações culturais



“Okupação Cultural Coragem”, foto de Márcia Minillo



Por PAULO FERNANDES SILVEIRA*

A invenção da vida em comum

“Sujeito periférico. (...) Entre folhas e canetas, traça planos e projetos, poemas e canções” (Tita Reis, *Sujeito periférico*).

As primeiras casas de cultura europeias surgiram no final do século XIX, na Bélgica (ROGER, 2021). Elas tinham o objetivo de reunir, num mesmo local, diversas formas de representação artística: literatura, teatro, dança, música e artes plásticas. Além disso, elas visavam tornar a cultura acessível ao maior número de pessoas. Essa mesma concepção de casa de cultura foi incorporada na França em diferentes políticas culturais. No ministério da cultura de André Malraux (1959-1969), as casas de cultura exerceram um papel fundamental no projeto de descentralização e de democratização da cultura (BOUZADA FERNÁNDEZ, 2001). Inspirado nos princípios do humanismo laico, André

Malraux pretendia espalhar casas de cultura por toda a França, um contraponto ao papel social e político exercido pelas igrejas e templos religiosos.

Criado em 1983 pelo artista belga Philippe Grombeer, o Trans Europe Halles (TEH) reúne centros culturais independentes de diversos países europeus (MORTAIGNER, 1995). Muitos centros culturais ocupam espaços e edifícios que estavam abandonados, por exemplo: em Ghent, na Bélgica, o Vooruit instalou-se numa antiga cooperativa socialista; em Liubliana, na Eslovênia, o Retina tomou conta de uma área do exército; em Bergen, na Noruega, a Kulturhuset (Casa de Cultura) abrigou-se numa fábrica de conservas desativada; em Berlim, a UFA-Fabrik formou uma comunidade artística que reside e atua onde, até os anos 1950, havia um estúdio cinematográfico.

Os centros culturais independentes contam com artistas locais, nacionais e estrangeiros. A manutenção desses espaços depende de verbas públicas e da administração de cafés, restaurantes e outras atividades comerciais. A diversidade dos temas abordados reflete as diretrizes dos coletivos que compõem cada centro cultural. As questões relacionadas ao cotidiano das cidades marcam as intervenções artísticas. Para Fabrice Raffin (2004), a partir da partilha do sensível e da invenção da vida em comum, esses centros culturais criam novas formas de sociabilidade. Por outro lado, ao estimularem uma perspectiva participativa-crítica na realização e na recepção da obra de arte, esses espaços articulam o engajamento cultural ao engajamento político.

Em 1985, no período em que colaborou com o projeto dos Centros de Informação e de Convivência da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, Teixeira Coelho (1986) obteve um financiamento da Fapesp para conhecer as propostas das casas de cultura de quatro países: Inglaterra, França, México e Cuba. A experiência cubana com a cultura popular é uma das mais intensas da América Latina. Desde 1978, o país possui um Sistema Nacional de Casas de Cultura. Esse órgão do Ministério da Cultura ficou encarregado de construir pelo menos uma casa de cultura em cada província da ilha. Muitas dessas casas de cultura ocupam as mansões que, antes da Revolução de 1959, pertenciam à aristocracia.

A educação e a cultura são direitos garantidos pela constituição cubana. Mais do que consumir bens culturais produzidos pelos outros, as pessoas são instigadas a produzir sua própria cultura. As casas de cultura cubanas são instituições

estatais. Os diretores, os professores e os instrutores de arte são indicados pelo governo, já as promotoras e promotores socioculturais emergem da própria comunidade. As principais atividades desenvolvidas são as oficinas de arte e artesanato, mas as casas de cultura também promovem festivais, exposições e encontros (PUEBLA, 2021). O Ministério da Cultura publica anualmente a revista *A las Raíces*, responsável por divulgar e analisar as ações coordenadas pelo Consejo Nacional das Casas de Cultura (CNCC).

Em São Paulo, a primeira casa de cultura surge no Jardim Ângela, bairro pobre e periférico da zona sul da cidade (HERCULANO, 2014). Em 1984, entidades e movimentos sociais vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) fizeram um mutirão para construir a Casa Popular de Cultura da região de M'Boi Mirim e Guarapiranga. Para Jaime Crowe, padre que trabalhou por anos no Jardim Ângela, desde o movimento contra a carestia, em meados dos anos 1970, as expressões artísticas acompanham as mobilizações políticas: “Praticamente toda assembleia se iniciava com uma dramatização. Isso sempre esteve presente na história de luta do bairro” (LIMA, 2015, p. 57).

No testemunho Luiz Herculano, militante do movimento negro, sindicalista e ex-diretor da Casa de Cultura M'Boi Mirim, até os anos 90, o Jardim Ângela era um bairro extremamente violento e sem nenhuma infraestrutura: faltava saneamento básico, iluminação, transporte público, escolas e equipamentos culturais (SARDENBERG, 2015). Assim que foi inaugurada, a Casa de Cultura M'Boi Mirim tornou-se um espaço importante para a realização de diversas atividades culturais: “oficinas de artes plásticas, peças teatrais, shows musicais, rodas de capoeira e reuniões de movimentos populares” (HERCULANO, 2014, p. 30).

Na prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992), eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a Casa de Cultura M'Boi Mirim foi incorporada ao recém-criado Projeto Casas de Cultura da cidade de São Paulo (HERCULANO, 2014). A conquista popular da casa de cultura no Jardim Ângela influenciou o projeto implantado pela filósofa e secretária municipal de cultura Marilena Chauí.

Em pouco mais de dois anos, treze novas casas de cultura foram idealizadas, a grande maioria, em bairros pobres e periféricos: Interlagos, Butantã, Freguesia do Ó, Pirituba, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera (duas unidades), Penha, Santo

Amaro (duas unidades), São Miguel Paulista e Vila Curuça (BARRETO, 1997). Algumas casas de cultura surgiram da ocupação e revitalização de edifícios públicos ociosos, outras foram construídas em mutirões. Durante um mutirão habitacional na zona leste, a comunidade procurou a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para auxiliá-la na criação de uma casa de cultura. A ação da SMC foi questionada pela procuradoria jurídica da prefeitura. Segundo o filósofo e frei dominicano Paulo Botas, que participou da execução do Projeto Casas de Cultura, a procuradoria jurídica entendia que os mutirões habitacionais eram assunto exclusivo da Secretaria Municipal de Habitação (PEREIRA, 2006).

Pela leitura de Mirna Pereira (2006), o Projeto Casas de Cultura ajudou a colocar em prática a ideia de cidadania cultural defendida por Marilena Chauí desde o seu discurso de posse na Secretaria Municipal de Cultura, em 1989. Enfrentando a posição neoliberal que minimiza o papel do Estado no horizonte da cultura, Marilena Chauí (2006) sustenta a necessidade da prefeitura de São Paulo garantir uma série de direitos dos cidadãos, entre eles: o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas escolas e oficinas de cultura do município; o direito de usufruir dos bens da cultura; o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural; o direito de produzir cultura.

Em sua pesquisa, Luiz Herculano (2014) traça um panorama das políticas culturais dos governos municipais que sucederam a gestão de Luiza Erundina. A cidade de São Paulo oscilou entre governos populares e governos neoliberais, isso se refletiu nas políticas relacionadas às casas de cultura. Além de não fazerem novos equipamentos culturais, as gestões neoliberais reduzem as verbas e sucateiam as casas de cultura já existentes. Seguindo uma agenda neoliberal, a atual prefeitura anunciou a pretensão de terceirizar as casas de cultura (PALMA, 2022).

Contrários à gestão neoliberal da cultura, em 1999, intelectuais e grupos de teatro organizaram em São Paulo o movimento *Arte Contra a Barbárie* (TOMAZ, 2021). Num dos seus manifestos, o movimento argumenta: “Cultura é prioridade de Estado, por fundamentar o exercício crítico da cidadania na construção de uma sociedade democrática” (MOVIMENTO ARTE CONTRA A BARBÁRIE, 2000).

Pelas análises de Gustavo Tomaz (2021), o movimento *Arte Contra a Barbárie* instigou a criação da ocupação cultural Sacolão das Artes, em 2007, no bairro

Santo Antônio, extremo sul da cidade de São Paulo. Num primeiro momento, a ocupação foi gerida por lideranças da região e pelos coletivos: Núcleo de Comunicação Alternativa (cinema), Brava Companhia (teatro) e Casa de Arte e Paladar (artesanato). Diversas outras ocupações culturais surgiram na cidade nos anos 2000, a maior parte coordenada por coletivos de bairros periféricos (MARINO; SILVA, 2019).

Investigando esse processo social e político, Aluizio Marino e Gerardo Silva (2019) inserem as ocupações culturais no interior da tradição de lutas comunitárias pelo direito à moradia e à cidade. Essa tradição remonta à criação dos primeiros quilombos urbanos e favelas, ainda no século XIX. Para os pesquisadores, as ocupações culturais podem ser compreendidas a partir do conceito de “cidadania insurgente”, de James Holston (1996): “Tratar-se-ia, fundamentalmente, de uma cidadania que se conquista a partir de experiências concretas na luta pelos direitos, e que assume, no âmbito da cidade (ou da metrópole), uma dimensão específica: o direito de fazer parte dela de maneira igualitária e sem distinções” (MARINO; SILVA, 2019, p. 358).

No movimento paulistano das ocupações culturais, as reflexões teóricas são costuradas com a prática da militância. Essa posição aparece no título de um texto do saudoso Mestre José Soró (2021): nossa teoria é a prática! Num depoimento, Mestre Soró fala sobre a origem da Ocupação Artística Canhoba, em Perus: “a coordenaria de cultura da subprefeitura nunca tinha orçamento (...), e também não tinha criatividade, vontade política (...) então a gente decidiu caminhar pelas próprias pernas” (MOREIRA; QUILOMBAQUE; SORÓ, VITORINO, 2020). A militante Jéssica Moreira acrescenta: “Hoje essa ocupação da Canhoba também é uma resposta ao poder público daquilo que nós não temos” (Idem, 2020).

Também sobre essa ocupação, Almirante Quilombaqué faz a seguinte análise: “Perus, como bairro periférico, com índices dos mais negativos, mas também com muitas riquezas, como esta daqui, essa expressão de luta popular” (Idem, 2020). Ao comentar sobre a origem do Clube Comunitário Vento Leste, ocupado em 2000, no bairro da Cidade Patriarca, o militante Luciano Carvalho analisa o papel social e político das ocupações culturais: “É importante que possamos fomentar espaços comunitários, ou seja, espaços descentralizados, onde se fomente a criação, a produção, o pensamento, a linguagem, como se fossem

laboratórios, berçários de ações públicas capazes de transformar o cotidiano da cidade” (CARVALHO, 2013).

A Okupação Cultural Coragem, criada em 2016, na prefeitura de Fernando Haddad, apontou para outra possibilidade de parceria entre o poder público e a comunidade (PAGENOTTO, 2016). A subprefeitura de Itaquera fez uma revitalização da Praça Brasil, na Cohab 2: retirou todo o entulho, arrumou o espaço e construiu uma pista de skate. Essa foi a deixa para artistas da comunidade pensarem em ocupar um galpão vazio que ficava no mesmo terreno. Segundo a militante Michele Cavaliere, a ocupação cultural foi muito bem recebida pelo subprefeito Maurício Martins: “Ajudou a gente, tava ai para o que a gente precisava, mandou caminhão para tirar o entulho, deu o maior apoio” (CAVALIERE; NASCIMENTO, 2020).

Um ponto fundamental para esse movimento paulistano, como lembra a militante Queila Rodrigues, é o debate sobre a subjetivação periférica (RODRIGUES, 2021). Segundo Pablo Tiaraju D’Andrea (2013), a produção cultural nos bairros populares é um elemento importante para a construção de um sujeito periférico que passa a ter orgulho de viver nesses lugares e de lutar por sua comunidade.

Assim como as casas de cultura do mundo todo, as ocupações culturais criam novas possibilidades da vida em comum. Segundo a militante Cléia Varges, da ocupação Espaço Cultural CITA, no Campo Limpo, “para além de um trabalho de produção cultural, o CITA constrói relações” (MATOS; VARGES, 2020). No testemunho de Felipe Bit, militante da Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo: “A troca que acontece aqui dentro é importante para muita gente que frequenta o espaço. (...) O espaço físico é só um pretexto para todo mundo se juntar e ter essa troca de experiências” (BIT; CARVALHO; SOARES, 2018).

***Paulo Fernandes Silveira é professor da Faculdade de Educação da USP e pesquisador no Grupo de Direitos Humanos do Instituto de Estudos Avançados da USP.**

Referências

BARRETO, Paulo (1997). *Casas de cultura e o projeto de cidadania cultural*. Revista *Polis*, n. 28, São Paulo, p. 61-69. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/09/POLIS_R028.pdf

BOUZADA FERNÁNDEZ, Xan (2001). Los espacios del consumo cultural colectivo. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 96, p. 51-70. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/997/99717909004.pdf>

CHAUI, Marilena (2006). *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cidadania-cultural-o-direito-a-cultura/>

D'ANDREA, Pablo Tiaraju (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/en.php>

HERCULANO, Luiz (2014). *A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a qualidade da educação cultura e arte-educação no processo de inclusão e ensino aprendizagem: a trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/handle/123456789/447>

HOLSTON, James (1996). Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*, n. 24, p. 243-253. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviph&id=1961805195581&pagfis=8869>

LIMA, Eduardo (2015). Sacolão das artes, regularização em cena. In: ALMEIDA, Ademir; RESENDE, Fábio; RAIMUNDO, Max (orgs). *Brava companhia – cadernos de erros III*. São Paulo: LiberArs, p. 54-57. Disponível em: <http://blogdabrava.blogspot.com/p/cadernos-de-erros.html>

MARINO, Aluizio; SILVA, Gerardo (2019). As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal. *Revista Indisciplinar*, v. 5, n. 1, p.

342-361. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32764>

MINISTERIO DE CULTURA DE LA REPÚBLICA DE CUBA. *A las Raíces. Revista anual del Consejo Nacional de Casas de Cultura, Havana*. Disponível em:

<https://revistalasraices.cubava.cu/category/revista/>

MORTAIGNE, Veronique (1995). La contre-culture européenne résiste à la normalisation. *Le Monde Diplomatique*, 24 mar. 1995, p. 26. Disponível em: <https://archive.org/details/LeMondeDiplomatique1995FranceFrench/Mar%2024%201995%20Le%20Monde%20Diplomatique%2C%20%2315601%2C%20France%20%28fr%29/page/n25/mode/2up>

MOVIMENTO ARTE CONTRA A BARBÁRIE (2000). Manifesto Arte contra a Barbárie 3. *FOLHA on line*, São Paulo, 2000. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/popup_labaki_04.htm

PAGENOTTO, Maria (2016). *A coragem de ocupar e resistir em Itaquera. (Fotos de Márcia Minillo). Sampa Inesgotável*. Disponível em:

<https://www.sampainesgotavel.com.br/2016/11/16/a-coragem-de-ocupar-e-resistir-em-itaquera-2/>

PALMA, Felipe (2022). Modelo de gestão compartilhada das Casas de Cultura é discutido em audiência. *Câmara Municipal de São Paulo*, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/modelo-de-gestao-compartilhada-das-casas-de-cultura-e-discutido-em-audiencia/>

PEREIRA, Mirna (2006). O direito à cultura como cidadania cultural (São Paulo, 1989/1992). *Projeto História*, v. 33, p. 205-227. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2292>

PUEBLA, Thalía (2021). Casas de cultura: 'trabajar desde la comunidad para formar públicos'. Entrevista a Agustín Adrián Pérez, vicepresidente del Consejo Nacional de Casas de Cultura. *La Jiribilla. Revista de Cultura Cubana*, 11 dez. 2021. Disponível em: <http://www.lajiribilla.cu/casas-de-cultura-trabajar-desde-la-comunidad-para-formar-artistas/>

RAFFIN, Fabrice (2004). L'initiative culturelle participative au cœur de la cité: les arts de la critique sociale et politique. *Culture & Musées*, n. 4, p. 57-74. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/pumus_1766-2923_2004_num_4_1_1203

ROGER, Damien (2021). Les maisons de la culture, genèse d'une ambition de décentralisation culturelle. *Le Jornal des Arts*, le 28 septembre 2021. Disponível em:

<https://www.lejournaldesarts.fr/patrimoine/les-maisons-de-la-culture-genese-dune-ambition-de-decentralisation-culturelle-156022>

SARDENBERG, Agda (2015). O bairro-escola Fundão do Jardim Ângela. In: SINGER, Helena (org.). *Territórios educativos: experiências em diálogo com o bairro-escola*. São Paulo: Moderna, p. 109-136. Disponível em:

https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Territorios-Educativos_Vol2.pdf

SORÓ, José (2019). Nossa teoria é a prática. In: (As organizadoras do livro optaram por não colocar seus nomes na capa). *Fórum cultural da zona leste. Nenhum passo atrás!* São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital, p. 40-43. Disponível em: https://issuu.com/vozdaleste/docs/fczl_livro

TEIXEIRA COELHO, José (1986). *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TOMAZ, Gustavo (2021). *Sacolão das artes: uma iniciativa popular de ação sociocultural*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bdta.aguia.usp.br/item/003082459>

Palavras da militância

BIT, Felipe; CARVALHO, Mara; SOARES, Gustavo (2018). A importância de equipamentos culturais na periferia (Ocupação Cultural Mateus Santos), *Desenrola e não me enrola*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K4ATVB-XDXY>

CARVALHO, Luciano (2013). CDC Vento Leste, *Dolores Boca Aberta*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cc5XaJEZTxS>

CAVALIERE, Michele; NASCIMENTO, Marcello (2020). Okupação Cultural Coragem – [Re]memorar: trajetórias na zona leste, *SESC Itaquera; CPDOC Guaianás*. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/okupacao-cultural-coragem-de-itaquera/>

MATOS, Junin; VARGES, Cléia (2020). Espaço Cultural CITA, *Campanha EVOÉ*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HWKXjaG4fno>

MOREIRA, Jéssica; QUILOMBAQUE, Almirante; SORÓ, José; VITORINO, Lucas (2020). Ocupação Artística Canhoba, *Jornalistas Livres*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gfFcAwWRJrs>

RODRIGUES, Queila (2021). Fórum de Cultura da Zona Leste – [Re]memorar: trajetórias na zona leste, *SESC Itaquera; CPDOC Guaianás*. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/forum-de-cultura-da-zona-leste-de-itaquera/>

⇒**O site *A Terra é redonda* existe graças aos nossos leitores e apoadores. Ajude-nos a manter esta ideia.←**

Clique aqui e veja como.

UA-148478982-1